

REGULAMENTO ESCOLAR DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS DA ACADEMIA MILITAR

PARTE I

Disposições comuns

CAPÍTULO I

Generalidades, Competências e Organização

Artigo 1º

Objeto

O presente regulamento estabelece as regras relativas à avaliação dos alunos da Academia Militar (AM) que frequentam ciclos de estudos integrados conferentes do grau mestre do ensino superior público universitário militar, ciclos de estudos conferentes do grau de licenciado do ensino superior público politécnico militar e cursos de formação militar complementar.

Artigo 2º

Competência legal

Nos termos do Estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar, o presente regulamento é aprovado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), sob proposta do Comandante da AM.

CAPÍTULO II

Conceito

Artigo 3º

Atividades de ensino e formação

1. As atividades de ensino dos cursos de formação de oficiais têm caráter presencial obrigatório e desenvolvem-se através de aulas teóricas, teórico-práticas, práticas e de laboratório, seminários, complementados por conferências, nacionais e internacionais, por trabalhos de aplicação, exercícios no campo, estágios, viagens, visitas e missões de estudo e atividades complementares de formação, de acordo com a pedagogia mais aconselhável ao processo de ensino, aprendizagem e aquisição de competências nas

matérias das áreas curriculares que integram os planos de estudos dos diversos ciclos de estudos.

2. As atividades de Formação Geral Militar e de Educação Física são detalhadas no Referencial de Formação Militar, revisto e aprovado anualmente por despacho do Comandante da AM, mediante proposta do Comandante do Corpo de Alunos.
3. A Formação Comportamental inclui a assimilação das qualidades consideradas como essenciais para a função de Oficial e pretende desenvolver o potencial individual demonstrado pelo Aluno para a função militar. Tem por base o perfil definido para o Oficial do Exército e da Guarda Nacional Republicana (GNR), sendo uma responsabilidade repartida pelo Corpo Docente e por todos os Oficiais da AM.

Artigo 4º

Inscrição e frequência

1. Os alunos matriculados para a frequência de um ciclo de estudos integrado conferente do grau mestre, numa especialidade, são obrigatoriamente inscritos em todas as unidades curriculares (UC) do ano escolar do respetivo ciclo de estudos que vão frequentar, sendo obrigatória a presença dos alunos em todas as atividades e trabalhos escolares constantes do respetivo plano de estudos.
2. Para os alunos que frequentam estabelecimentos de ensino superior fora da AM:
 - a) A conclusão do mestrado rege-se, na parte académica, pelas normas desses estabelecimentos, em conformidade com os protocolos estabelecidos;
 - b) A Formação Militar Complementar obedece às regras constantes no regulamento da AM e no presente regulamento, comuns aos demais alunos da AM.
3. As faltas dos alunos aos trabalhos e atividades escolares podem inserir-se nas seguintes categorias:
 - a) Faltas sem motivo justificado;
 - b) Faltas, com ou sem motivo justificado e que, ultrapassado o limite de faltas de 1/5 do total do número de tempos escolares consignado a cada UC, consideradas no plano de trabalhos escolares, podem comprometer o aproveitamento escolar do aluno numa ou em várias UC;
 - c) Faltas a quaisquer atos ou atividades de índole avaliativa, em quaisquer momentos agendados para o efeito;
 - d) Faltas na entrega, dentro dos prazos que tiverem sido estabelecidos, de trabalhos,

relatórios ou outros, no âmbito de UC, nos momentos agendados para o efeito;

e) Faltas a provas de exame ou provas finais, de UC ou disciplinas.

4. Das faltas referidas neste artigo podem resultar para os alunos, de entre outras, as consequências seguintes:

- a) Sanções disciplinares;
- b) Reprovação do ano escolar que frequenta;
- c) Frequência do ano seguinte na situação de condicional;
- d) Eliminação da AM e obrigatoriedade de pagamento de indemnização, nas situações e circunstâncias estabelecidas pelo regulamento da AM.

5. Sempre que a um aluno seja atribuído um número de faltas superior a 1/5 do total dos tempos escolares consignados no plano de trabalho escolares, em determinada unidade curricular, o docente da mesma é responsável por emitir parecer escrito imediato sobre a situação do aluno no que ao aproveitamento diz respeito, consideradas as faltas já efetivamente dadas pelo aluno.

6. Caso as faltas referidas em 5., decorram de atos de serviço, o(s) docente(s) da(s) UC estabelece(m) ao aluno a execução de um plano de recuperação.

Artigo 5º

Conselhos de Curso

Os conselhos de curso, órgãos de conselho do Diretor de Ensino que se regem pelas normas e que detêm as atribuições estabelecidas no regulamento da AM, apreciam globalmente as classificações semestrais e anuais dos alunos, propondo as respetivas classificações finais.

Artigo 6º

Aproveitamento e Classificações

- 1. O aproveitamento escolar dos alunos resulta do estabelecido no regulamento da AM, desenvolvido nos artigos seguintes do presente regulamento.
- 2. O aproveitamento escolar é traduzido por classificações e informações e refletem, exclusivamente, o mérito escolar revelado, não podendo as mesmas refletir ou terem interferência de quaisquer considerações de ordem disciplinar ou de qualquer natureza.

Artigo 7º

Classificações e informações

1. O aproveitamento escolar dos alunos é expresso através da atribuição de classificações e informações, relativas a:
 - a) Chamadas, testes e provas de aproveitamento;
 - b) Exames e provas finais;
 - c) Trabalhos práticos ou de aplicação;
 - d) Trabalhos de investigação aplicada;
 - e) Informação pessoal dos docentes responsáveis pelas diferentes UC e disciplinas;
 - f) Estágios, missões, instruções ou exercícios militares;
 - g) Provas de educação física e desportos;
 - h) Outras atividades que sejam tidas em conta para classificação;
 - i) Bases da Avaliação Comportamental do Aluno.
2. As classificações e informações referidas no número anterior devem traduzir exclusivamente o mérito escolar revelado, não podendo nelas interferir considerações de ordem disciplinar ou de outra qualquer natureza, com exceção das classificações e informações de Informação Comportamental do Aluno (ICA), na qual são tidos em consideração fatores de ordem comportamental e informação sobre as qualidades consideradas essenciais ao desempenho de funções militares.
3. A classificação final de frequência inferior a 10 (dez) valores na nota de ICA, implica a eliminação da frequência da AM, o conseqüente abate ao efetivo do Corpo de Alunos (CAI), sem possibilidade de requerer a repetição do ano letivo e, de acordo com o estabelecido no regulamento da AM, ao pagamento da correspondente indemnização.
4. Na determinação da classificação da ICA colaboram os Diretores de Curso que coligem as informações fornecidas pelos Docentes, a Cadeia de Comando do CAI e os Instrutores do Departamento de Formação Militar (DFM).
5. Periodicamente são atribuídas classificações e informações de aproveitamento:
 - a) Pelos docentes regentes das UC que, a meio de cada semestre, atribuem uma classificação meramente indicativa e informativa que traduz o aproveitamento obtido pelo aluno desde o início do semestre até esse momento;
 - b) No final do primeiro semestre, com caráter informativo, as áreas de formação do CAI (o Treino Físico de Base (TFB), o Treino Físico de Aplicação Militar (TFAM), a

Formação Geral Militar (FGM) e a ICA), procedem à atribuição de uma classificação qualitativa para o TFB e para o TFAM, bem como classificações quantitativas para a FGM e ICA;

- c) No final de cada ano letivo, todas as classificações referidas na alínea anterior são expressas em valores quantitativos, como as demais UC.

Artigo 8º

Classificação

1. As classificações das UC são expressas por uma nota, traduzida num número inteiro entre 0 e 20 valores, requerendo o aproveitamento uma classificação igual ou superior a 10 valores.
2. Para efeitos do previsto no número anterior, considera-se válido o arredondamento às centésimas (e.g. valores inferiores a 9,49 = 9; valores iguais ou superiores a 9,50 = 10).
3. Os alunos podem transitar de ano condicionalmente, com uma UC do grupo I de classificações em atraso, com exceção da transição para os Tirocínios, em que é obrigatório a conclusão com aproveitamento em todas as UC.
4. Sempre que o aluno transitar de ano com uma UC em atraso, terá de obter aproveitamento nessa UC até ao final do ano seguinte.
5. Periodicamente, para conhecimento dos alunos, são atribuídas classificações e informações de aproveitamento, tendo em vista o controlo adequado da situação escolar dos alunos.
6. O aluno que obtenha no fim de um semestre, em determinada UC ou disciplina, classificação inferior a 10 (dez), poderá ser proposto ao comandante, pelo conselho de curso respetivo, para ser submetido a exame.

Artigo 9º

Classificações sujeitas a registo

Das classificações e informações referidas no artigo anterior, são sujeitas a registo as:

- a) Classificações das UC e das disciplinas;
- b) Classificações dos exames e das provas finais, quando existentes;
- c) Classificações anuais;
- d) Classificações finais dos cursos.

Artigo 10º

Grupos de classificações

1. As classificações atribuídas aos alunos distribuem-se pelos seguintes grupos:
 - a) Grupo I - classificações das UC da área estritamente académica;
 - b) Grupo II - classificações das disciplinas de formação física;
 - c) Grupo III - classificações das disciplinas de formação geral militar e formação comportamental.
2. Os alunos dos mestrados integrados da AM, que terminem com aproveitamento os ciclos de estudos integrados que frequentam, obtêm duas classificações distintas:
 - a) Classificação final do curso - classificação decorrente da integração das classificações dos Grupos I, II e III;
 - b) Classificação final do Mestrado Integrado - classificação decorrente da classificação do Grupo I.

Artigo 11º

Classificações do Grupo I

1. A classificação das UC do Grupo I é expressa por uma única nota, traduzida num número inteiro entre 0 e 20 valores. Caso esse número for igual ou superior a 10, é considerado para todos os efeitos, como aprovação na UC respetiva.
2. Para o cálculo das classificações finais são consideradas todas as classificações das UC que integram os planos de estudos.
3. Aplicam-se os coeficientes decorrentes dos créditos (*European Credit Transfer and Accumulation System*, (ECTS)) correspondentes às UC constantes do plano de estudos. A classificação final anual (CFA), obtém-se pela média ponderada, arredondada até às centésimas, obtida de acordo com a fórmula seguinte:

$$CFA\ GR\ I = \frac{\sum (Classificação\ UC \times ECTS\ UC)}{60}$$

UC = Todas as unidades curriculares que integram o respetivo ano letivo

4. A classificação final do Grupo I obtém-se pela média aritmética simples das classificações anuais, estas últimas obtidas de acordo com o referido no ponto anterior.
5. Quando as qualificações académicas forem atribuídas por outros estabelecimentos de ensino superior, as classificações do Grupo I obtém-se de acordo com os ECTS ou

outros coeficientes estabelecidos naqueles estabelecimentos.

6. Para os casos dos Mestrados em Medicina, Medicina Dentária, Ciências Farmacêuticas e Medicina Veterinária, doravante designados por Cursos de Saúde, as classificações anuais do Grupo I correspondem às classificações anuais atribuídas pelas respectivas faculdades.

Artigo 12º

Classificações do Grupo II

1. A classificação das disciplinas do Grupo II é expressa por uma única nota, traduzida num número inteiro entre 0 e 20 valores. Se esse número for igual ou superior a 10, é considerado o aproveitamento nessa disciplina.
2. A classificação de 10 valores é a mínima a obter em cada uma das capacidades físicas avaliadas na disciplina de TFB, nomeadamente flexões de braços na trave, extensões de braços no solo, abdominais, corrida de 80 m e teste "Cooper".
3. No TFAM, nomeadamente nas pistas, é obrigatória a transposição correta de todos obstáculos pertencentes a cada uma das pistas correspondentes ao programa de cada ano.
4. Para os alunos dos ciclos de estudos integrados conferentes do grau mestre do ensino superior público universitário militar, são sujeitas a classificação as disciplinas de:

a) Treino Físico de Base

Ano	Semestre	Disciplina	Avaliação
1º	1º	TFB = TFB 1	Qualitativa
	2º	$TFB = (TFB\ 1 + TFB\ 2 + \text{Ginástica}) / 3$	Quantitativa
2º 3º 4º 5º 6º	1º	TFB = TFB 1	Qualitativa
	2º	$TFB = (TFB\ 1 + TFB\ 2) / 2$	Quantitativa

b) Treino Físico de Aplicação Militar *

Ano	Semestre	Disciplina	Avaliação
1º	1º	TFAM 1 = Pista molhada s/ arma	Qualitativa
	2º	TFAM 2 = Pista 200 m s/ arma	--
	Final	$TFAM = (TFAM\ 1 + TFAM\ 2 + \text{Judo}) / 3$	Quantitativa

NÃO CLASSIFICADO

2°	1°	TFAM 1 = Pista molhada c/ arma	Qualitativa
	2°	TFAM 2 = Pista 200 m c/ arma	--
	Final	TFAM = (TFAM 1 + TFAM 2 + Média (Boxe + Equitação)) / 3	Quantitativa
3°	1°	TFAM 1 = Marcor	Qualitativa
	2°	TFAM 2 = Pista 500 m s/ arma	--
	Final	TFAM = (TFAM 1 + TFAM 2 + CCC**) / 3	Quantitativa
4°	1°	TFAM 1 = Pista Triatlo 1	Qualitativa
	2°	TFAM 2 = Pista Triatlo 2	--
	Final	TFAM = (TFAM 1 + TFAM 2 + Natação Militar) / 3	Quantitativa

* Não aplicável aos Cursos de Saúde.

** Combate Corpo a Corpo

c) Equitação, para o 4° ano dos Cursos de Cavalaria (Exército e GNR).

5. O cálculo da classificação anual, arredondada até às centésimas, decorre da aplicação dos coeficientes que para cada disciplina e ano se indicam:

	1° Ano	2° Ano	3° Ano	4° Ano	5° Ano (2)	6° Ano (2)	7° Ano (3)
TFB	0,75	0,65	0,35	0,35 0,30 ⁽¹⁾	1,0	1,0	---
TFAM	0,25	0,35	0,65	0,65 0,55 ⁽¹⁾	---	---	
Equitação	---	---	---	0,15 ⁽¹⁾	---	---	

(1) Para os cursos de Cavalaria (Exército e GNR);

(2) Apenas aplicável aos cursos das Engenharias;

(3) Corresponde ao tirocínio dos cursos das Engenharias, que se rege por normas próprias.

6. Para os Cursos de Saúde, a classificação anual do Grupo II corresponde à média ponderada das classificações obtidas nas provas de Treino Físico de Base:

Semestre	Fórmulas	Avaliação
1°	TFB = TFB1	Qualitativa
2°	TFB = 0,4*TFB1 + 0,6*TFB2	Final (Quantitativa)

7. Os alunos que frequentam ciclos de estudos referentes do grau licenciado do ensino superior politécnico, em instituições de ensino superior (IES) civis protocoladas, apenas executam o controlo 3 nos termos estabelecidos para os militares do QP.

8. As classificações resultantes das provas a que se alude no ponto anterior não produzem qualquer efeito na classificação obtida no final de cada ano letivo e do curso, durante a fase em que o aluno frequenta a IES para obter o grau académico.

9. Em caso de incapacidade física, por lesão ou doença, que não possibilite a realização

dos exames das disciplinas do Grupo II, deverá ser considerado o seguinte:

- a) Um aluno nestas circunstâncias, que tenha obtido aproveitamento a todas as UC, pode passar de ano na situação de condicional;
 - b) São considerados dois tipos de incapacidade:
 - (1) Incapacidade física moderada: a que não ultrapassa os 90 dias e que tem repercussões ligeiras no seu desempenho;
 - (2) Incapacidade física grave: a que se manifesta de forma acentuada no seu desempenho e/ou que se prevê que o tempo de duração seja igual ou superior a 90 dias.
10. Será o Serviço de Saúde que apoia a AM a determinar o tipo de incapacidade física, com a especificidade de que o tipo de incapacidade física grave será aquela que resulta de acidente ou lesão, o que obriga à intervenção da Junta Hospitalar de Inspeção (JHI), nos termos das disposições conjugadas do Decreto-Lei n° 503/99, de 20 de novembro, com a Lei n° 98/2009 de 04 de setembro e demais legislação à qual esta temática se encontra subordinada.
11. No caso de se tratar de incapacidade física:
- a) Moderada, ela termina com um parecer emitido pelo Serviço de Saúde que apoia a AM;
 - b) Grave, ela termina com o encerramento do respetivo processo ou com um despacho da JHI, considerando-se o aluno apto para o serviço sem limitação;
 - c) Em qualquer dos casos, seguir-se-á a atribuição de um período de tempo de recuperação a definir por despacho do Comandante do CAI, ouvidos o Serviço de Saúde que apoia a AM e o Chefe da Secção de Formação de Educação Física, Desportos e Equitação (SFEFDE);
 - d) Após a recuperação da incapacidade física, será proposto pelo Chefe da SFEFDE e aprovado por Despacho do Comandante do CAI, um programa de recuperação física, a ser cumprido pelo Aluno nos moldes definidos, do qual o aluno tomará formalmente conhecimento.
12. Realizadas as provas, e se o resultado for positivo, é atribuída a classificação em falta e abolida a situação de condicional.
13. Se não houver aproveitamento, o aluno reprova o ano em causa e terá que o repetir, nas mesmas condições do estipulado no Artigo 35° e 36° do presente Regulamento.

14. A situação administrativa do aluno condicional será definida por despacho do Comandante do CAI e anulada na data em que cessarem as condições que a determinaram.
15. A decisão sobre a condicionalidade será proposta pelo Chefe do DFM e apresentada pelo Comandante do CAI ao Comandante da AM para despacho, sendo apresentada no respetivo Conselho de Curso para apreciação do aproveitamento do Aluno.

Artigo 13º

Classificações do Grupo III

1. A classificação do Grupo III é obtida pela média ponderada das disciplinas de ICA e de Instrução Militar (IM), expressas por uma única classificação, traduzida num número inteiro entre 0 e 20 valores. Se esse número for igual ou superior a 10, é considerada a aprovação na disciplina.
2. Para os alunos dos ciclos de estudos integrados conferentes do grau mestre do ensino superior público universitário militar, com exceção para os Cursos de Saúde, o cálculo da classificação anual, arredondada até centésimas, decorre dos seguintes coeficientes:

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano (1)	6º Ano (2)	7º Ano (3)
ICA	0,40				1,0		---
IM	0,60				---		

- (1) Para os cursos de 5 anos letivos, corresponde ao Tirocínio que se rege por Regulamento próprio, pelo que este coeficiente só é válido para os cursos das Engenharias;
- (2) Apenas aplicável aos cursos das Engenharias;
- (3) Corresponde ao tirocínio dos cursos das Engenharias, que se rege por normas próprias.

3. Para os Cursos de Saúde, a classificação anual do Grupo III corresponde à média ponderada das classificações de ICA e de IM:

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano
ICA	0,20				1	
IM	0,80				-----	

Nota: Nos 5º e 6º anos não é ministrada a disciplina de FGM, pelo que a classificação anual do Grupo III corresponde à classificação de ICA.

A classificação anual de IM corresponde à média ponderada das seguintes disciplinas:

Ano	Semestre	Disciplina	Coeficiente
1º	1º	Organização Militar	3
		História Militar	4
	2º	Noções Gerais de Relações Internacionais	4

NÃO CLASSIFICADO

	Anual	Formação Geral Militar	4
2º	1º	Tática Geral e Operações Militares	6
	2º	Noções Gerais de Direito	10
		Logística	6
	Anual	Formação Geral Militar	6
3º	1º	Ética e Liderança	7
	2º	Teoria Geral da Estratégia	6
		Metodologia da Comunicação	6
	Anual	Formação Geral Militar	5
4º	Anual	Formação Geral Militar	1

4. Para os alunos dos ciclos de estudos referentes do grau licenciado do ensino superior público politécnico militar:

- Durante a fase em que o aluno frequenta a IES para obtenção do grau académico, não são atribuídas ao aluno classificações de ICA e IM;
- O cálculo da classificação para o semestre curricular na AM, arredondado até às centésimas, decorre dos seguintes coeficientes:

	Coeficientes de ponderação para o semestre curricular na AM
ICA	0,40
IM	0,60

Artigo 14º

Número de Curso

- No início de cada ano letivo é atribuído a cada aluno um número de curso, a partir do 2º ano inclusive, que indica a sua ordenação no ano e curso que frequenta.
- Esta ordenação processa-se por ordem decrescente da média das classificações anuais obtidas nos anos anteriores, em que obtiveram aprovação, pelo que não é atribuído número de curso aos alunos que frequentam o 1º ano. Estes são ordenados pelo número de corpo, cuja atribuição reflete a classificação obtida nas provas de admissão à AM.
- Aos alunos que transitaram de ano na situação de condicional, não lhes é atribuída classificação anual até se verificar o termo desta situação, pelo que são ordenados após o aluno pior classificado do respetivo curso, de acordo com a antiguidade do ano anterior.

Artigo 15º**Classificação Anual do Curso**

1. Para os alunos dos ciclos de estudos integrados conferentes do grau mestre do ensino superior público universitário militar:

- a) A classificação anual do curso, arredondada até às centésimas, obtém-se afetando as classificações dos Grupos I, II e III, obtidas de acordo com o definido anteriormente.
- b) São aplicados os coeficientes de ponderação seguintes:

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano (1)	6º Ano (2)	7º Ano (3)
Grupo I	0,65				0,80		---
Grupo II	0,15				0,10		
Grupo III	0,20				0,10		

(1) Para os cursos com 5 anos letivos corresponde ao Tirocínio, que se rege por Regulamento próprio, pelo que este coeficiente só é válido para os cursos das Engenharias e de Saúde;

(2) Apenas aplicável aos cursos das Engenharias e de Saúde;

(3) Corresponde ao tirocínio dos cursos das Engenharias, que se rege por normas próprias.

- c) A classificação intermédia individual dos alunos que frequentam o respetivo ciclo de estudos integrado, obtém-se anualmente pela média aritmética, arredondada até às centésimas, das classificações anuais obtidas pelo aluno, relativas aos anos frequentados com aproveitamento.
- d) Com base nesta classificação, os alunos são ordenados, de acordo com o disposto no artigo anterior.

2. Para os alunos dos ciclos de estudos conferentes do grau licenciado do ensino superior público politécnico militar, são aplicados os coeficientes de ponderação seguintes:

- a) Durante a fase em que o aluno frequenta a IES para obtenção do grau académico, a ordenação dos alunos num mesmo curso é efetuada por ordem decrescente da média das classificações atribuídas pela IES civil protocolada;
- b) Durante a frequência do semestre curricular na AM, a classificação atribuída decorre dos seguintes coeficientes:

	Coeficientes de ponderação para o semestre curricular na AM
Grupo I	0,65
Grupo II	0,15
Grupo III	0,20

Artigo 16º

Classificação do Tirocínio (TPO)

Esta classificação é obtida de acordo com os regulamentos e normas próprias, aprovados pelo CEME, mediante proposta do Comandante da AM.

Artigo 17º

Classificação final dos Alunos os Ciclos de Estudos Integrados Conferentes do Grau de Mestre do Ensino Superior Público Universitário Militar

A classificação final do Mestrado Integrado, ministrado pela AM, é obtida através da média aritmética simples das classificações anuais do Grupo I, expressa por uma única nota, traduzida num número inteiro entre 0 e 20 valores:

- a) Incluindo a classificação do tirocínio, para os cursos do Exército e da GNR, com cinco anos de duração;
- b) Excluindo a classificação do tirocínio, para os demais cursos.

Artigo 18º

Classificação Final dos Alunos dos Ciclos de Estudos Conferentes do Grau de Licenciado do Ensino Superior Público Universitário Militar

1. Os alunos são admitidos visando, unicamente, a obtenção do grau de mestre do Ensino Superior Público Universitário Militar; todavia, nos casos em que os alunos não terminem o ciclo de estudos integrado conferente do grau mestre do ensino superior universitário militar, é-lhes atribuído o grau de licenciado desde que tenham realizado 180 créditos, correspondentes aos primeiros seis semestres curriculares, para os cursos de 5 anos, ou, 240 créditos, correspondentes aos primeiros oito semestres curriculares, para os cursos de 7 anos.
2. A classificação final de licenciatura é a classificação correspondente ao grau académico que se obtém pela média aritmética simples das classificações semestrais das UC do Grupo I, sendo expressa por uma única classificação, traduzida num número inteiro entre 0 e 20 valores.

Artigo 19º

Classificação Final do Curso

Na admissão aos quadros permanentes, a classificação final dos cursos da AM é arredondada às centésimas, e obtém-se pela média aritmética das classificações anuais

obtidas durante os cursos, incluindo o tirocínio.

Artigo 20º

Classificação Final do Curso, dos Alunos dos Ciclos de Estudos Conferentes do Grau de Licenciado o Ensino Superior Público Politécnico Militar

A classificação final do curso é a classificação profissional do alunos dos ciclos de estudos conferentes do grau licenciado do ensino superior público politécnico militar para o ingresso na categoria de Oficial, expressa num número entre 0 e 20 valores, arredondada às centésimas, com os seguintes componentes e respetivos coeficientes de ponderação:

	Coeficientes de ponderação da classificação final
Classificação da Licenciatura	0,70
1º Semestre do plano de estudos do curso de formação militar complementar	0,15
TPO	0,15

Artigo 21º

Classificação Final da Licenciatura do Ensino Superior Público Politécnico Militar

A classificação final conducente ao grau académico é a obtida no estabelecimento de ensino superior protocolado.

Artigo 22º

Diploma e carta de curso

1. Dos graus e diplomas conferidos é lavrado registo na Repartição de Administração Escolar, do Departamento dos Serviços Académicos, da Direção de Ensino (RAE/DSA/DE).
2. O articulado de diploma e de carta de curso é aprovado por despacho do CEME.
3. O articulado de diploma e de carta de curso constitui o anexo I, II, III e IV, a este regulamento.
4. A carta de curso é entregue em cerimónia pública, a realizar em data a estabelecer pelo calendário anual de atividades.
5. O diploma, passado a requerimento dos interessados, é sujeito aos emolumentos estabelecidos.

Artigo 23º

Suplemento ao diploma

1. O Suplemento ao Diploma (SD) tem natureza informativa e não substitui o diploma nem faz prova da titularidade da habilitação a que se refere.
2. O SD está previsto nos termos da lei e é emitido obrigatoriamente para todos os diplomados, caracterizando detalhadamente as formações realizadas e os resultados obtidos pelo titular na AM, sendo a sua emissão e processamento atribuição da DE, assinado e autenticado com selo branco.
3. O CAI participa na elaboração do Anexo B ao SD.
4. A informação só poderá ser inserida e registada na aplicação de alunos após ser validada pelos órgãos competentes da AM.
5. A publicitação oficial de outras "Informações Complementares" no SD só deve ser considerada se as mesmas representarem na vida/atividade académica do aluno relevância para a avaliação da natureza, nível e uso da sua qualificação, atividades que têm de contribuir claramente para o aumento das suas competências pessoais e profissionais.
6. O modelo de SD constitui o anexo V deste regulamento.
7. A emissão do SD, em versão bilingue, obedece ao seguinte articulado:
 - a. Informações sobre o titular da qualificação
 - (1) Apelido(s);
 - (2) Nome(s) próprio(s);
 - (3) Data de nascimento (ano/mês/dia);
 - (4) Número ou código de identificação do aluno;
 - (5) Número do bilhete de identidade (civil e militar).
 - b. Informações que identificam a qualificação
 - (1) Designação da qualificação e título que confere;
 - (2) Principal(ais) área(s) de estudo da qualificação;
 - (3) Designação e estatuto da instituição que emite o diploma ou certificado;
 - (4) Designação e estatuto da instituição (se diferente de 2.3.) que ministra o curso (na língua original);
 - (5) Língua(s) de aprendizagem/avaliação.
 - c. Informação sobre o nível de qualificação

- (1) Nível da qualificação;
- (2) Duração oficial do programa ou ciclo de estudos;
- (3) Requisitos de acesso.
- d. Informação sobre os conteúdos e resultados obtidos
 - (1) Regime de estudos;
 - (2) Requisitos do programa de estudos;
 - (3) Pormenores do programa de estudos;
 - (4) Sistema de classificação e eventuais orientações sobre atribuição de classificações;
 - (5) Classificação global da qualificação.
- e. Informação sobre a função da qualificação
 - (1) Acesso a um nível de estudos superior;
 - (2) Estatuto profissional;
- f. Informação complementar
 - (1) Informações complementares;
 - (2) Outras fontes de informação.
- g. Autenticação do Suplemento
 - (1) Data;
 - (2) Assinatura;
 - (3) Cargo;
 - (4) Selo branco.
- h. Informação sobre o Sistema Nacional de Ensino Superior.

Artigo 24º

Exames - disposições comuns

1. O aluno que, no fim do semestre, obtenha aproveitamento numa determinada UC/disciplina (classificação igual ou superior a dez valores) é dispensado de exame, sendo-lhe atribuída essa classificação final na UC/disciplina em apreço.
2. Os alunos poderão ser submetidos a exame e provas finas para efeitos de:
 - a) Aprovação, caso não tenham conseguido obter a classificação necessária para aprovação na UC/disciplina;
 - b) Melhoria de classificação.
3. Compete ao conselho de curso propor, ao Comandante da AM, que os alunos que no

final do semestre não tenham obtido aproveitamento numa determinada UC, sejam submetidos a exame para efeitos de aprovação.

4. Caberá aos alunos, caso o pretendam, requerer a realização de exames para melhoria de classificação, nos termos do artigo 27°.
5. Compete ao docente regente da respetiva UC/disciplina, elaborar o programa das provas de exame, o qual deve ser entregue no DSA/DE, até quinze (15) dias antes do início de cada período de exames consignado na época normal e na época de recurso, dando a conhecer aos alunos o respetivo programa das provas, até dez (10) dias antes do início da época de exames respetiva.
6. Os exames para efeitos de aprovação e para melhoria de classificação compõem-se de uma prova escrita, prática ou laboratorial, complementada (quando aplicável) por uma prova oral, nos termos do artigo 25°.
7. No início de cada semestre, os docentes certificam-se que os alunos são conhecedores das formas de avaliação e dos critérios que constam na Ficha de Unidade Curricular (FUC).

Artigo 25°

Classificações das provas e resultados dos exames

1. Não fará prova oral o aluno que, na prova escrita, prática ou laboratorial, para aprovação, obtiver uma classificação inferior a sete (7) valores, ficando neste caso imediatamente reprovado.
2. Efetuará a prova oral o aluno que, na prova escrita, prática ou laboratorial:
 - a) Obtiver uma classificação igual ou superior a sete (7) valores e inferior a dez (10) valores, tendo em vista obter aproveitamento na UC em apreço;
 - b) Obtiver uma classificação igual ou superior a dez (10) valores e pretenda obter melhoria de classificação.
3. A classificação do exame corresponde:
 - a) À classificação obtida pelo aluno na prova escrita, se tiver obtido na mesma classificação igual ou superior a dez (10) valores;
 - b) À média aritmética da classificação obtida na prova escrita, prática ou laboratorial, com a classificação obtida na prova oral, se o aluno obedecer aos critérios referidos em 2.

4. O aluno que foi sujeito a exame para aprovação numa determinada UC fica aprovado na mesma se a média das classificações obtidas nas provas escrita e oral for igual ou superior a dez (10) valores e, reprovado, se inferior.
5. A classificação final das UC a que o aluno foi sujeito a exame, para aprovação, será a do exame se esta for superior à classificação de frequência, com que foi proposto a exame.

Artigo 26º

Exames e respetivas épocas

1. Os exames e provas finais para efeitos de aprovação, realizam-se em duas épocas:
 - a) Época normal, no período de quinze (15) dias após o final do semestre em que é ministrada a UC;
 - b) Época de recurso, em princípio durante o mês de setembro, de acordo com o Calendário Anual de Atividades a elaborar pela Direção de Ensino, em coordenação com o Corpo de Alunos e aprovado pelo Comandante da AM.
2. Os alunos não podem realizar mais do que dois exames em cada época, não sendo, para este efeito, contabilizados eventuais exames às disciplinas dos Grupos II e III.
3. Na época de recurso, a ter lugar uma única vez durante o ano letivo, normalmente realizada no mês de setembro, o aluno poderá ser submetido, no máximo, a duas UC, independentemente do semestre a que as mesmas se reportam.
4. Os alunos que transitarem de ano com uma UC em atraso, realizam os exames dessas UC na época normal, referente ao respetivo semestre e, se necessário, na época de recurso.
5. Os exames relativos a UC em atraso não são contabilizados para o número de exames a realizar em cada época (normal ou de recurso).

Artigo 27º

Exames e Provas Finais de melhoria de classificação

1. Os exames e provas finais para melhoria de classificação realizam-se na época normal.
2. O aluno que pretender executar exame de melhoria de classificação numa determinada UC, tem de o requerer no prazo máximo de cinco dias úteis seguintes à publicação na Ordem de Serviço da classificação que pretende melhorar.

3. Se a classificação do exame para melhoria de classificação não for superior à de frequência, como resultado do exame será registado *"não obteve melhoria de classificação"*.
4. Não pode executar exame de melhoria de classificação o aluno que tenha obtido aproveitamento numa UC após:
 - a) Realizar o exame para efeitos de aprovação;
 - b) Repetir a frequência da UC, por ter reprovado o anterior ano letivo.

Artigo 28º

Júris de Exame

1. Para a realização dos exames de cada UC, o Diretor de Ensino faz publicar em ordem de serviço a nomeação de um júri constituído por, pelo menos, três docentes. Farão parte do júri o regente da disciplina e dois docentes que tenham conhecimento dos conteúdos programáticos da UC, devendo um deles ser docente militar, sempre que possível.
2. Preside ao júri o docente de maior antiguidade no posto ou de maior graduação académica.
3. A composição do júri de exames, de uma dada UC no mesmo ano letivo, não deve ser alterada.

Artigo 29º

Condução das provas de exame

1. O júri é responsável pela preparação e execução das provas que constituem o exame.
2. A elaboração do questionário das provas escritas, a preparação das provas práticas ou laboratoriais e a orientação dos interrogatórios competem ao professor responsável pela UC.
3. O júri está presente, com a totalidade dos seus membros, a todas as provas de exame.
4. Todos os membros do júri podem intervir nas provas de avaliação de conhecimentos dos examinandos.
5. A duração das provas de exame é definida pelo júri, satisfazendo às seguintes condições:
 - a) Prova escrita, prática ou laboratorial: 90 a 180 minutos;

b) Prova oral: 30 a 60 minutos.

6. Se durante a prova oral o aluno declarar desistir da mesma, a prova termina imediatamente, sendo atribuída ao aluno a classificação obtida na prova escrita.
7. O programa das provas de exame deverá abranger todos os conteúdos programáticos constantes da respetiva FUC, ficando ao critério do respetivo professor regente a seleção dos assuntos a examinar.
8. De cada prova de exame será lavrado o respetivo termo em livro apropriado, previamente preparado e posto à disposição do júri pela RAE/DSA/DE, sendo os termos autenticados por todos os membros do júri.
9. A decisão do júri, em cada prova, é tomada por votação verbal. Caso não exista unanimidade, o membro vencido deve exarar no livro de termos de exame a respetiva declaração de voto.
10. Terminada cada sessão de provas orais, e depois de exaradas as classificações no respetivo livro de termos, todos os alunos examinados comparecem perante o júri para tomarem conhecimento dos resultados obtidos.

Artigo 30º

Perda de ano por falta de aproveitamento escolar

1. Perdem o ano por falta de aproveitamento escolar nas UC/disciplinas de qualquer um dos grupos de classificação, os alunos que forem considerados reprovados por excederem o limite de faltas, estabelecido em 1/5 dos tempos escolares consignados em horário escolar para a UC/disciplina respetiva.
2. Perdem o ano por falta de aproveitamento escolar os alunos que reprovem, em mais do que uma UC do Grupo I.
3. Perdem o ano por falta de aproveitamento escolar os alunos que reprovem a qualquer das disciplinas dos Grupos II e III.

Artigo 31º

Utilização de obra alheia

1. A utilização abusiva e fraudulenta de obra alheia, vulgo plágio, constitui contrafação e consiste na apropriação indevida de uma obra intelectual de outrem, ou de parte dela, apresentando-se como autor da mesma.

2. A contrafação constitui crime previsto e punível nos termos dos artigos 196º e 197º, ambos do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sendo que, nos termos do nº 1 do artigo 200º do referido Código, o respetivo procedimento criminal não depende de queixa do ofendido.
3. Constituem exemplos de formas de contrafação:
 - a) A utilização de um trabalho de outrem, apresentando-o como seu;
 - b) O descarregar ou adquirir um trabalho através da internet («web»), apresentando-o como seu.
4. A conduta em causa, nos números que antecederem, implica a reprovação automática do aluno e, além do previsto no citado Código, dá azo a procedimento disciplinar.
5. Implica também reprovação automática do aluno e dá azo tão-só a procedimento disciplinar:
 - a) Solicitar a terceiros a elaboração do trabalho, apresentando-o como seu;
 - b) Apresentar o mesmo trabalho em várias UC.

Artigo 32º

Repetição de ano escolar

1. O aluno que reprovar um ano letivo, por falta de aproveitamento, pode ser autorizado, por despacho do Comandante da AM, sob proposta do Diretor de Ensino e ouvido o Conselho de Curso respetivo, a repetir a frequência do ano perdido, uma única vez durante todo o curso, incluindo o Tirocinio. Tal aplica-se aos cursos do Exército e da GNR, das Armas e Serviços, desde que o requeira dentro do prazo de oito (8) dias a partir da data de publicação da reprovação de ano em ordem de serviço e obtenha deferimento.
2. Excetuam-se do número anterior os alunos dos cursos das Engenharias e Saúde, os quais podem repetir uma segunda vez, após o quarto ano da AM, incluindo o Tirocinio, desde que o requeiram dentro do prazo de oito (8) dias a partir da data de publicação da reprovação de ano em ordem de serviço e obtenham deferimento.
3. O aluno repetente frequenta obrigatoriamente todas as UC e atividades escolares desse ano, sendo considerada para melhoria de classificação a frequência das UC do Grupo I em que já tenha obtido aproveitamento.
4. Aos alunos que frequentaram UC do Grupo I para melhoria de classificação por serem

repetentes, e não consigam obter tal melhoria, são averbadas as classificações finais obtidas no ano letivo anterior.

5. Relativamente ao Grupo II, as classificações finais são obtidas no ano de repetência.
6. Em caso de repetição de ano, as classificações das disciplinas do Grupo III são consideradas da seguinte forma:
 - a) Atendendo à especificidade de formação comportamental, consubstanciada numa sólida educação militar, moral e cívica, tendo em vista desenvolver nos alunos os atributos de carácter, alto sentido do dever, honra e lealdade, culto da ordem e da disciplina e as qualidades de comando e chefia inerentes à condição militar, prevalece a classificação obtida no ano de repetência;
 - b) São consideradas para melhoria de classificação as disciplinas do âmbito do DFM em que já tenham obtido aproveitamento no ano anterior.
7. O aluno dos ciclos de estudos conferentes do grau de licenciado do ensino superior politécnico, que reprovar um ano letivo, pode ser autorizado, por despacho do Comandante da AM, sob proposta do Diretor de Ensino, ouvido o Conselho de Curso respetivo, a repetir a frequência desse ano, uma única vez durante todo o curso, incluindo o semestre curricular na AM e o Tirocínio para os cursos do Exército e da GNR, das Armas e Serviços, desde que o requeira dentro do prazo de oito (8) dias a partir da data da respetiva notificação, efetuada logo que a AM disponha dos resultados enviados pela IES.
8. Os alunos que tendo reprovado e que não obtenham autorização para repetição do ano letivo, ficam obrigados ao pagamento de indemnização, nos termos estabelecidos pelo regulamento da AM.
9. Durante a tramitação do processo de decisão sobre a repetição do ano, os Alunos aguardam no domicílio, sendo convocados para regressarem à AM no momento da decisão para dela tomarem conhecimento.

Artigo 33º

Frequência de unidades curriculares sujeitas a precedência

1. A precedência de UC encontra-se estabelecida na respetiva FUC, aprovada pelo Comandante da AM.
2. A aprovação numa UC fica suspensa até que o aluno obtenha aproveitamento em

todas as UC que a precedem.

3. Em caso de eliminação de um aluno da AM, serão anuladas as classificações das UC que exijam aproveitamento em UC precedentes, nas quais o aluno reprovou.

Artigo 34º

Alunos considerados com o ano perdido no final do 1º semestre

1. O aluno que tenha reprovado o ano no final do 1º semestre, por falta de aproveitamento escolar, poderá, ouvido o respectivo Conselho de Curso, mediante proposta fundamentada do Diretor de Ensino e homologada por despacho do Comandante da AM, entrar de licença registrada ou ser autorizado a frequentar o respectivo Ciclo de Estudos até ao final do ano letivo, desde que o requeira dentro do prazo de oito dias (8), a partir da data da publicação em Ordem de Serviços da perda de ano.
2. O parecer do desempenho militar e comportamental do aluno deve ser expresso na informação do Comandante do CAI ao requerimento do aluno para repetir o ano letivo.
3. Aos alunos autorizados a prosseguir os trabalhos escolares nas condições do ponto anterior, é aplicável o princípio da obrigatoriedade de participação em todas as atividades escolares correspondentes, sendo-lhes aplicável o sistema de classificação para efeitos de frequência das UC do 2º semestre.

Artigo 35º

Eliminação de frequência

1. Nos termos dos artigos 34º e 35º das presentes normas, o aluno que reprovar o ano por falta de aproveitamento escolar e não for autorizado a repetir a sua frequência, é eliminado da frequência da AM e abatido ao efetivo do CAI.
2. Para além da eliminação de frequência por falta de aproveitamento escolar, o aluno pode ser eliminado (e consequentemente abatido ao efetivo do CAI):
 - a) Por desistência;
 - b) Por falta de aptidão militar;
 - c) Por motivos disciplinares;
 - d) Por incapacidade física;
 - e) Por condições especiais de eliminação (por exemplo óbito ou deserção).
3. A decisão de eliminação da frequência é da exclusiva competência do Comandante da

AM, e da mesma não cabe recurso hierárquico.

4. Após o abate ao efetivo, o aluno pode requerer os certificados das UC da área estritamente académica que tenha frequentado com aproveitamento.

Artigo 36º

Casos omissos

Todos os casos omissos no presente regulamento serão decididos pelo Comandante da AM.

Artigo 37º

Entrada em vigor

O presente regulamento produz efeitos a partir do início do ano letivo 2018/2019.

ANEXO I

(a)

Republica Portuguesa

Academia Militar

Diploma

Carta de Curso do Grau de Licenciado

... (b), Major-General Comandante da Academia Militar, faço saber que, ... (c), filho/a de ... (d), natural de ... (e), nascido/a ... (f), tendo frequentado esta Academia Militar, concluiu no ano letivo de (g) a licenciatura universitária em ... (h), com a classificação de ... (i), pelo que, em conformidade com as disposições legais em vigor, lhe mandei passar a presente carta de curso.

Academia Militar, ... (j)

O Comandante (k)

O Diretor de Ensino (l)

O Chefe da Repartição de
Administração Escolar (m)

- (a) Brasão de Armas da Academia Militar
- (b) Nome do Comandante
- (c) Nome do titular do diploma
- (d) Nome do pai e da mãe do titular do diploma
- (e) Naturalidade do titular do diploma
- (f) Data de nascimento do titular do diploma
- (g) Ano letivo em que o titular do diploma concluiu o curso
- (h) Denominação da licenciatura
- (i) Menção qualitativa e quantitativa, associada à escala: Suficiente - 10 a 13; Bom - 14 e 15; Muito Bom - 16 e 17; Excelente - 18 a 20 valores;
- (j) Data de emissão do diploma
- (k) Assinatura do Comandante, autenticada com selo branco da Academia Militar
- (l) Assinatura do Diretor de Ensino
- (m) Assinatura do Chefe da Repartição de Administração Escolar

Carta de Curso do Grau de Licenciado

ANEXO II

(a)

Republica Portuguesa

Academia Militar

Diploma

Carta de Curso do Grau de Licenciado

... (b), Major-General Comandante da Academia Militar, faço saber que, ... (c), filho/a de ... (d), natural de ... (e), nascido/a ... (f), tendo frequentado esta Academia Militar, concluiu no ano letivo de (g) a licenciatura politécnica em ... (h), com a classificação de ... (i), pelo que, em conformidade com as disposições legais em vigor, lhe mandei passar a presente carta de curso.

Academia Militar, ... (j)

O Comandante (k)

O Diretor de Ensino (l)

O Chefe da Repartição de
Administração Escolar (m)

- (a) Brasão de Armas da Academia Militar
- (b) Nome do Comandante
- (c) Nome do titular do diploma
- (d) Nome do pai e da mãe do titular do diploma
- (e) Naturalidade do titular do diploma
- (f) Data de nascimento do titular do diploma
- (g) Ano letivo em que o titular do diploma concluiu o curso
- (h) Denominação da licenciatura
- (i) Menção qualitativa e quantitativa, associada à escala: Suficiente - 10 a 13; Bom - 14 e 15; Muito Bom - 16 e 17; Excelente - 18 a 20 valores
- (j) Data de emissão do diploma
- (k) Assinatura do Comandante, autenticada com selo branco da Academia Militar
- (l) Assinatura do Diretor de Ensino
- (m) Assinatura do Chefe da Repartição de Administração Escolar

ANEXO III

(a)

Republica Portuguesa

Academia Militar

Diploma

Carta de Curso do Grau de Mestre

... (b), Major-General Comandante da Academia Militar, faço saber que, ... (c), filho de ... (d), natural de ... (e), nascido/a a ... (f), tendo frequentado esta Academia Militar, concluiu no ano letivo de (g) o mestrado em ... (h), com a classificação de ... (i), pelo que, em conformidade com as disposições legais em vigor, lhe mandei passar a presente carta de curso.

Academia Militar, ... (j)

O Comandante (k)

O Diretor de Ensino (l)

O Chefe da Repartição de
Administração Escolar (m)

- (a) Brasão de Armas da Academia Militar
- (b) Nome do Comandante
- (c) Nome do titular do diploma
- (d) Nome do pai e da mãe do titular do diploma
- (e) Naturalidade do titular do diploma
- (f) Data de nascimento do titular do diploma
- (g) Ano letivo em que o titular do diploma concluiu o curso
- (h) Denominação do mestrado
- (i) Menção qualitativa e quantitativa, associada à escala: Suficiente -10 a 13; Bom -14 e 15; Muito Bom - 16 e 17; Excelente - 18 a 20 valores
- (j) Data de emissão do diploma
- (k) Assinatura do Comandante, autenticada com selo branco da Academia Militar
- (l) Assinatura do Diretor de Ensino
- (m) Assinatura do chefe da Repartição de Administração Escolar

ANEXO IV

(a)

Republica Portuguesa

Academia Militar

Carta de Curso

Curso de Formação de Oficiais

... (b), Major-General Comandante da Academia Militar, faço saber que, ... (c), filho/a de ... (d), natural de ... (e), nascido/a a ... (f), tendo frequentado esta Academia Militar, concluiu no ano letivo de (g) o curso de formação de oficiais para o ... (h), na especialidade de ... (i), com a classificação de ... (j) valores, pelo que, em conformidade com as disposições legais em vigor, lhe mandei passar a presente carta de curso.

Academia Militar, ... (k)

O Comandante... (l)

O Diretor de Ensino (m)

O Chefe da Repartição de
Administração Escolar (n)

- (a) Brasão de Armas da Academia Militar
- (b) Nome do Comandante
- (c) Nome do titular do diploma
- (d) Nome do pai e da mãe do titular do diploma
- (e) Naturalidade do titular do diploma
- (f) Data de nascimento do titular do diploma
- (g) Ano letivo em que o titular do diploma concluiu o curso
- (h) Exército ou Guarda Nacional Republicana
- (i) Denominação da especialidade
- (j) Classificação (10 a 20 valores, com aproximação às centésimas)
- (k) Data de emissão do diploma
- (l) Assinatura do Comandante, autenticada com selo branco da Academia Militar
- (m) Assinatura do Diretor de Ensino
- (n) Assinatura do Chefe da Repartição de Administração Escolar

Anexo V

(a)

Republica Portuguesa

Academia Militar

Suplemento ao Diploma

Os conteúdos dos vários campos, exceto os nºs 1., 7. e 8., decorrem dos respetivos planos de estudos em vigor na AM e, para o caso dos Cursos de Saúde e Engenharia, da informação disponibilizada pela instituição de ensino superior civil confere o grau académico ou ministra parte do ciclo de estudos.

Campos do Suplemento ao Diploma	Conteúdos
1. Informações sobre o titular da qualificação	
1.1. Apelido(s) 1.2. Nome(s) próprio(s) 1.3. Data de nascimento (ano/mês/dia) 1.4. Número ou código do aluno 1.5. Número do bilhete de identidade (civil e militar)	
2. Informações que identificam a qualificação	
2.1. Designação da qualificação e título que confere	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciatura em... (Licenciado) - Mestrado em..., na especialidade de... (Mestre) - Doutor em... (Ramo do conhecimento ou numa sua especialidade – Doutor) - Curso de especialização em... ou designação do diploma não conferente de grau e o seu título
2.2. Principal(ais) área(s) de estudo da qualificação	
2.3. Designação e estatuto da instituição que emite o diploma ou certificado	<ul style="list-style-type: none"> - Academia Militar, estabelecimento de ensino superior público universitário militar... (data da criação - opcional) - Universidade Nova de Lisboa... - ...
2.4. Designação e estatuto da instituição (se diferente de 2.3) que ministra o curso (se aplicável)	<ul style="list-style-type: none"> - Faculdade de Ciências Médicas (Universidade Nova de Lisboa), ... - ...
2.5. Língua(s) de aprendizagem /avaliação	Português (se for o caso, especificar UC em outras línguas)
3. Informações sobre o nível da qualificação	
3.1. Nível da qualificação	Ensino Superior Universitário – Licenciatura / Mestrado / Doutoramento - Nível ISCED (International Standart Classification of Education)
3.2. Duração oficial do plano de estudos	X semestres (tempo inteiro), X semanas de estudo, X ECTS
3.3. Requisitos de acesso	Prova(s) de ingresso (indicar qual(is)) e classificação

	mínima.
4. Informação sobre os conteúdos e resultados obtidos	
4.1. Regime de estudos	Tempo inteiro
4.2. Requisitos do plano de estudos	Indicar quais os requisitos mínimos para obter a qualificação - ex: componentes obrigatórias do ciclo de estudos, teses/dissertações/relatórios do estágio de natureza profissional, etc. Indicar as competências e objetivos da qualificação, com base em dados objetivos do plano de estudos, etc.)
4.3. Pormenores do plano de estudos	UC, respetivos créditos e classificações finais, incluindo classificações de UC em eventuais programas de mobilidade ou através de equivalência - articular este ponto com os dados fornecidos em 6.1; se aplicável, incluir dados sobre o estágio de natureza profissional, projeto ou dissertação, incluindo os títulos destes
4.4. Sistema de classificação e eventuais orientações sobre atribuição de classificações	Classificação de acordo com a escala numérica de 0 a 20, sendo necessário o mínimo de 10 para obter aprovação incluir, se aplicável, a escala de equivalência de notas quantitativas às qualitativas (art.º 17.º do Dec-Lei 42/2005); se previsto, indicar o peso relativo do estágio de natureza profissional, trabalho de projeto ou tese/dissertação, tendo em conta o definido no Regulamento de Avaliação Escolar da AM; incluir a informação sobre a escala europeia de comparabilidade das classificações, de acordo com a regulamentação em vigor.
4.5. Classificação global da qualificação	Classificação global, com indicação de ECTS, de acordo com a escala europeia de comparabilidade das classificações (A-E)
5. Informação sobre a função da qualificação	
5.1. Acesso ao nível de estudos superior (não aplicável ao grau de doutor)	O grau de licenciado dá acesso aos ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre e de doutor. O grau de mestre dá acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de doutor.
5.2. Estatuto profissional	Oficial do Exército ou da Guarda Nacional Republicana
6. Informações complementares	
6.1. Informações complementares	Incluir informações relevantes para a compreensão da natureza e do caráter da qualificação, nomeadamente, se a qualificação incluiu a frequência de um período de estudos/estágio em outra instituição/empresa/país e/ou acerca da instituição de ensino superior onde foi obtida a qualificação (Referir eventuais atividades extracurriculares dos alunos, certificadas pelos órgãos competentes da AM ou pelos serviços académicos das universidades com protocolos estabelecidos)
6.2. Outras fontes de informação	Indicar outras fontes e referências úteis, onde seja disponibilizada informação concreta sobre a qualificação em causa, como, por exemplo, o sítio na web da instituição conferente da qualificação, etc.; se o curso foi objeto de avaliação ou acreditação, incluir essa informação
7. Autenticação do Suplemento ao Diploma	Procedimentos idênticos ao processo de emissão das certidões; um exemplar acompanhara a Carta de Curso

	a emitir pela Repartição de Administração Escolar
7.1. Data	Data de emissão do Suplemento ao Diploma e não a da conclusão do curso
7.2. Assinatura	Do Comandante da AM, ou por delegação
7.3. Cargo	De quem autentica
7.4. Selo branco ou carimbo	
8. Informação sobre o Sistema Nacional de Ensino Superior	Texto fornecido no sítio na Internet do NARIC (National Academic Recognition Information Centre) português, em http://www.naricportugal.pt/NARIC

(a) Brasão de Armas da Academia Militar